

A proposta bilíngüe de educação do Surdo

“O ‘planeta dos surdos’ compreende 130.000.000 de indivíduos em todo o mundo. Um contingente silencioso, invisível, que nós ignoramos. Por medo, por desconforto, por desconhecimento profundo...”

O estudo deste mundo proporciona uma reflexão apaixonante sobre os comportamentos, as religiões, as artes, as linguagens. A sua língua gestual é um tesouro da humanidade. Em nossa sociedade de comunicação, os ouvintes têm tudo a aprender daqueles que falam com seus corpos.”

Jean Grémion

Lorena Kozlowski

Especialista em audiologia

*Especialista em deficiência auditiva da criança –
Universidade de Besançon,
França*

*Especialista em neuropsicologia da comunicação –
Universidade de Besançon, França*

*Mestre em fonética –
Universidade de Sobornne,
França*

*Doutora em Ciências da Linguagem –
Universidade de Sorbonne, França*

Professora da PUC-PR

Introdução

Historicamente a surdez tem sido considerada como uma enfermidade que deve ser curada.

Esta forma inapropriada de se considerar o indivíduo surdo, levou ao desenvolvimento de métodos educativos que não levam em conta as variáveis decorrente da surdez.

“A surdez profunda na infância é mais do que um diagnóstico médico, em que padrões sociais, emocionais, lingüísticos e intelectuais, assim como seus problemas, estão inextricavelmente ligados” (Sacks, 1990).

Nos últimos anos, surgiram muitas teorias e estudos sobre o desenvolvimento pleno dos

potenciais cognitivos, lingüísticos, emocionais e sociais desses indivíduos.

A dificuldade do surdo em adquirir a linguagem nos primeiros anos de vida reflete em todo seu desenvolvimento mental, emocional e na sua integração social.

“O significado social da surdez está ligado à ausência da linguagem comum à maioria, mas não se pode negar características próprias a comunidade surda sob o risco de negar recursos de integração” (Fernandes, 1990).

Na tentativa de suprir estas deficiências, vários métodos de trabalho com o indivíduo surdo têm sido propostos no decorrer do histórico da educação dos surdos.

Baseado em concepções sociológicas, filosóficas e políticas, surgiu no final da década de 70 a Proposta Bilíngüe de Educação do Surdo.

A Proposta Bilíngüe não privilegia uma língua, mas quer dar direito e condições ao indivíduo surdo de poder utilizar duas línguas; portanto, não se trata de negação mas de respeito; o indivíduo escolherá a língua que irá utilizar em cada situação lingüística em que se encontrar.

Esta proposta leva em consideração as características dos próprios surdos, incluindo a opinião dos surdos adultos com relação ao processo educacional da criança surda.

“Falar em bilingüismo no campo da educação dos surdos é fazer referência a algo muito concreto, e algo sem controvérsias à luz dos conhecimentos atuais da lingüística:

“A dificuldade do surdo em adquirir a linguagem nos primeiros anos de vida reflete em todo seu desenvolvimento mental, emocional e na sua integração social.”

a existência de duas línguas ao redor dos surdos. Dito de outra forma, o bilingüismo reconhece que o surdo vive numa situação bilíngüe” (Sanchez, 1991).

No caso dos surdos, esta situação bilíngüe ocorre pela presença da língua da comunidade ouvinte: a língua oral/escrita, e a língua da comunidade surda: a língua de sinais.

Portanto, dentro de uma perspectiva bilíngüe, o surdo é visto como um indivíduo diferente, mas não deficiente.

Suas potencialidades podem ser totalmente desenvolvidas, desde que seus direitos lingüísticos sejam respeitados.

O debate oralismo/gestualismo dentro de uma perspectiva histórica na educação do surdo.

Falar sobre educação de crianças surdas não é um assunto fácil. Estamos ainda hoje longe de manter um rigor científico exemplar sobre o assunto (Kozlowski, 1995).

É um problema complexo que se coloca em diferentes níveis.

Nem sempre se faz uma cla-

ra distinção entre os aspectos metodológicos e as finalidades de ação e opções filosóficas, sociológicas ou políticas.

A educação de crianças surdas se desenvolveu em diferentes direções, sendo importante verificar os benefícios e os inconvenientes dentro de cada uma delas, em função das características das próprias crianças.

As opções teóricas situam-se entre dois extremos: o oralismo puro e a posição gestualista.

A evolução atual tende para uma síntese e uma abrangência dessas duas tendências sob a forma de diferentes filosofias como o Bilingüismo e a Comunicação Total.

Porém, a comunicação não é o único aspecto a ser considerado na educação da criança surda, já que esta deve ser considerada como um indivíduo em todos os sentidos.

A posição oralista restrita se define como aquela que aceita a linguagem oral como única e exclusiva.

A criança surda é treinada a desenvolver seus resíduos auditivos, aprendizado da leitura labial e é encorajada a usar a fala para se comunicar.

Isso é realizado por meio de um trabalho de “demutização”, quer dizer, um trabalho sistemático de educação da articulação.

Os argumentos que apóiam esta orientação pedagógica se baseiam no fato de que a criança surda deve adquirir uma linguagem oral a mais desenvolvida possível para que desta forma possa integrar-se de forma eficaz no universo auditivo-oral dos ouvintes.

Toda exposição à comunicação gestual é proibida à criança surda.

Os defensores da posição gestualista pura (que raramente é utilizada em sua forma radical) propõem à criança surda desde a infância um meio de comunicação visuo-manual, que lhe é facilmente acessível.

Essa escolha e a necessidade de colocar a criança precocemente dentro de um contexto comunicativo rico e estimulante são justificadas nos primeiros anos de vida pelos psicólogos do desenvolvimento.

É necessário fornecer à criança surda um meio de comunicação eficaz para que seu desenvolvimento seja o mais próximo possível ao da criança ouvinte, mesmo que ela execute outra modalidade comunicativa.

Se concordarmos que não há nenhuma razão para educar a criança surda dentro de uma modalidade oral pura, não vemos também nenhuma razão para que haja uma prática única e isolada da linguagem gestual.

Para compreendermos um

pouco mais este “pêndulo oral *versus* gestual”, seria interessante analisarmos a história da educação dos surdos.

É na Espanha século XVI que encontramos os primeiros educadores de surdos.

O primeiro desses professores foi Ponce de Léon (1520-1584).

Infelizmente temos poucos dados sobre os seus métodos de educação, já que a tradição na época era guardar segredo sobre os métodos educativos utilizados.

Em 1620, Bonnet publica o primeiro livro sobre educação de surdos, que consiste no aprendizado do alfabeto manual e na importância da intervenção precoce. Ele insiste em que as pessoas envol-

sentantes da educação de surdos são Edward Miller Gallaudet (1837-1922), como o principal representante manualista, e Alexander Graham Bell (1847-1922), o inventor do telefone e do audiômetro, representante do método oralista.

No ano de 1880, no Congresso Mundial de Surdos em Milão, que reuniu surdos da Europa e dos EUA, definiu uma nova corrente na educação dos surdos: a oralista.

A linguagem de sinais em todas as suas formas, foi então proibida e estigmatizada.

O domínio da língua oral pelo surdo passou a ser uma condição *sine qua non* para a aceitação dentro de uma comunidade majoritária.

Durante quase cem anos existiu o então chamado “im-

“A Proposta Bilíngüe não privilegia um língua, mas quer dar direito e condições ao indivíduo surdo de poder utilizar duas línguas; portanto, não se trata de negação, mas de respeito; o indivíduo escolherá a língua que irá utilizar em cada situação em que se encontrar.”

vidas com criança surda fossem capazes de utilizar o alfabeto manual.

Em 1756, Abbé de L’Epeè cria em Paris a primeira escola para surdos com uma filosofia manualista e oralista.

Foi a primeira vez na história que os surdos adquiriam o direito a uma língua própria.

Heinicke (1723-1790), na Alemanha, começa as bases da filosofia oralista, em que um grande valor é atribuído à fala.

Nos EUA os grandes repre-

pério oralista” e foi em 1971 no Congresso Mundial de Surdos em Paris que a língua de sinais passou a ser novamente valorizada.

Nesse Congresso foram também discutidos resultados de pesquisas realizadas nos EUA sobre a chamada “Filosofia da Comunicação Total”.

No ano de 1975 por ocasião do Congresso seguinte realizado em Washington, já era evidente a conscientização de que um século de

oralismo dominante não serviu como solução para a educação de surdos.

A constatação de que os surdos eram subeducados com enfoque oralista puro e de que a aquisição da língua oral deixava muito a desejar, além da realidade inquestionável de que a comunicação gestual nunca deixou de existir entre os surdos, fez com que uma nova época se iniciasse dentro do processo educativo dos surdos.

Os trabalhos de Danielle Bouvet em Paris publicados em 1981 (Bouvet, 1981) e as pesquisas realizadas na Suécia e Dinamarca na mesma época, introduzem o Enfoque Bilíngüe na educação do indivíduo surdo.

As Linguagens Sinalizadas

Quando falamos em comunicação gestual é imperioso fazermos distinção entre os diferentes sistemas de comunicação gestual existentes.

Faremos portanto, uma breve definição desses sistemas:

Língua de sinais: são sistemas de sinais independentes das línguas faladas.

Contrariamente a uma idéia pré-concebida, não existe uma língua de sinais utilizada e compreendida universalmente. As línguas de sinais praticadas nos diferentes países diferem umas das outras. No Brasil temos a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais);

“No caso dos surdos, esta situação bilíngüe ocorre pela presença da língua da comunidade ouvinte: a língua oral/escrita, e a língua da comunidade surda: a língua de sinais.

Portanto, dentro de uma perspectiva bilíngüe, o surdo é visto como um indivíduo diferente, mas não deficiente.”

nos EUA utiliza-se a ASL (American Sign Language); e na França a LSF (Langue de Signes Français). Existem também, como para as línguas orais, dialetos ou variabilidade regional dos sinais. A língua de sinais é uma língua de dimensão espacial e corporal.

Linguagens sinalizadas: utilizam um léxico gestual, emprestando a organização gramatical das linguagens orais correspondentes. Um exemplo é o Português Sinalizado. Existe também o SE (Signed English) e o FS (Français Signé). Esses sistemas criados artificialmente, exploram menos possibilidades que as línguas gestuais que se desenvolvem com base nas dimensões espaciais e corporais.

Alfabeto dactilológico (ou alfabeto manual): é um sistema gestual em que cada letra do alfabeto escrito corresponde a uma configuração particular da mão e dos dedos. Esse sistema utiliza na realidade, uma escrita no espaço.

Quando queremos “escrever” uma palavra, a mão realiza as configurações que correspondem às letras das palavras de forma seqüencial.

Sistemas de auxílio a leitura orofacial: dentro de sistemas de sinais como a LIBRAS e o Português Sinaliza-

do, os gestos correspondem a conceitos próprios ou palavras da língua oral. Nos sistemas de auxílio à leitura labial, os gestos não têm razão de existir sem a fala. Eles têm por objetivo facilitar a leitura labial. Estes sistemas são inscritos dentro de uma perspectiva oralista. Como exemplo desses sistemas, podemos citar o Cued Speech e o AKA (Alphabet des Kinémes Assistés).

A Proposta Bilíngüe de Educação do Surdo

Quando falamos de bilíngüismo no campo da educação dos surdos, estamos nos referindo à existência de duas línguas no ambiente do surdo e estamos ao mesmo tempo, reconhecendo que os surdos vivem numa situação bilíngüe.

Quando falamos de bilíngüismo do surdo, estamos nos referindo a língua oral da comunidade ouvinte (no caso do Brasil, o português) e a língua de sinais da comunidade surda (A Língua Brasileira de Sinais-Libras).

As pesquisas recentes no campo da educação do surdo (Drasgow, 1993) mostram a tendência para a educação bilíngüe/bicultural da criança

surda, na qual a língua de sinais é considerada a primeira língua da criança surda e a língua oral a segunda língua.

Essa estratégia educativa é sugerida pelas seguintes bases:

- reconhecimento recente de que a língua de sinais usada pela comunidade surda é uma língua verdadeira com itens lexicais, morfologia, sintaxe e semântica;
- diferentes pesquisas mostram que a criança surda exposta à língua de sinais adquire esta língua da mesma forma que a criança ouvinte adquire uma língua oral.

A participação ativa de adultos surdos na educação da criança surda é fundamental.

Ele terá a função de transmitir a língua da comunidade surda, a língua de sinais.

Desta forma, através do aprendizado da língua natural, que deve ser também a língua materna, a criança surda terá acesso aos processos que permitirão todo seu desenvolvimento lingüístico e cognitivo. O surdo adulto no momento que estabelece contato com a criança surda, estará transmitindo toda a base lingüística necessária para a aquisição de outras “línguas”.

A linguagem estará desta forma, garantida. A linguagem é aprendida, mas não pode ser ensinada. Portanto, este

contato precoce adulto surdo X criança surda, através de uma língua de sinais, é que proporcionará o acesso à linguagem. Desta forma, estará também assegurada a identidade e cultura surda, que serão transmitidas naturalmente à criança surda pelo adulto surdo em questão (Kozlowski, 1995).

A implantação de um programa bilíngüe para indivíduos surdos tendo a língua de sinais como primeira língua e uma língua oral como segunda língua, não é simples. Vários modelos bilíngües existem.

A primeira classificação refere-se a modelos que tratam do período/época de apresentação às línguas:

- *Modelo sucessivo*: neste modelo logo após o diagnóstico de surdez, a criança surda passa a ter contato com a língua de sinais exclusivamente. Uma segunda língua só é apresentada após o domínio da primeira língua;
- *Modelo simultâneo*: as duas línguas, a língua da comunidade surda (língua de sinais) e a da comunidade ouvinte (língua oral) são apresentadas simultaneamente, em dois momentos lingüísticos distintos.

A segunda classificação trata da modalidade da Segunda língua, já que dentro de um enfoque bilíngüe é sempre a língua de sinais considerada como língua natural do surdo e como a língua mais importante (L1), sendo

“Suas potencialidades podem ser totalmente desenvolvidas. desde que seus direitos lingüísticos sejam respeitados”.

esta a que garantirá seu desenvolvimento lingüístico.

A segunda língua (L2) será a língua da comunidade ouvinte e poderá ser a língua oral ou a língua escrita.

De um modo geral, os modelos são realizados da seguinte forma:

- L1 língua de sinais, L2 língua escrita, modelo sucessivo (modelos utilizados na Suécia, Dinamarca, Venezuela);
- L1 língua de sinais, L2 língua oral, modelo simultâneo (França).

Seria de suma importância salientar a diferença existente entre “Comunicação Total” e “Bilingüismo”.

Para certos autores, a Comunicação Total implica na utilização simultânea da linguagem oral e gestual. Para outros, seria o emprego de diversas formas de comunicação disponíveis, sem a preocupação particular pela sua hierarquização.

O uso simultâneo das línguas de sinais e das orais seria ‘bimodalismo’, isto é, o uso

concomitante de duas línguas de modalidades diferentes. A Comunicação Total, portanto, é bimodal.

Não existe dentro da filosofia da Comunicação Total a obrigatoriedade da participação de adultos surdos na educação da criança surda. Um papel específico do surdo adulto como educador na educação da criança surda não é determinante. A Comunicação Total visa que o indivíduo surdo seja capaz de comunicar-se, não importa qual seja a modalidade. A comunicação efetiva é o objetivo final desta filosofia.

Atualmente esta filosofia vem sofrendo muitas críticas (Brito, 1993).

A abordagem bilíngüe pretende que ambas as línguas a gestual (LIBRAS) e a oral (Português), sejam ensinadas e usadas diglossicamente sem que uma interfira e/ou prejudique a outra.

Portanto, as duas línguas seriam utilizadas em situações diferentes, em momentos lingüísticos diferenciados.

Isso exige então, que no processo de educação da criança surda existam obrigato-

riamente um profissional ouvinte que seria responsável pela língua da comunidade ouvinte, e um profissional surdo responsável pela transmissão da cultura e identidade surda e a língua de sinais.

A identidade e a cultura surda são essenciais dentro do Bilingüismo, o que é transmitido à criança surda através do contato com o adulto surdo que possui um papel de “educador” bem definido. Não podemos pensar em educação bilíngüe sem participação do educador surdo.

O objetivo educacional do enfoque bilíngüe, seria que o indivíduo surdo fosse capaz de comunicar-se através de duas línguas: a língua da comunidade ouvinte e a língua da comunidade surda, utilizando-as em situações lingüísticas distintas.

Neste caso, não há bimodalidade no processo comunicativo.

Uma proposta bilíngüe e sua aplicação prática

Baseados nas perspectivas teóricas descritas, iniciou-se em 1990 uma proposta de educação bilíngüe para crianças surdas desenvolvida no Ceal — Centro de Audição e Linguagem em Curitiba.

O modelo bilíngüe escolhido foi o simultâneo, onde a L2 é a língua oral. Porém, a função da língua escrita é fundamental, já que o método de trabalho oral usa a língua escrita como estratégia de trabalho.

Este método é de Madame Suzanne Borel-Maisonny, desenvolvido na França nos anos 60 (Borel-Maisonny, 1985).

A leitura precoce é desenvolvida à partir de 18 meses e também faz parte da proposta pedagógica.

A equipe multidisciplinar é composta por pedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos e musicoterapeutas todos especialistas na área da surdez e usuários da língua de sinais (LIBRAS).

As atividades não desenvolvidas em dois momentos lingüísticos diferentes: ambiente de L1 (LIBRAS) e de L2 (língua oral/escrita). Nesses momentos, o trabalho desenvolvido visa o desenvolvimento lingüístico e cognitivo que é garantido através da L1 e sob responsabilidade dos educadores surdos. A L2, língua da comunidade ouvinte, é adquirida dentro de uma perspectiva de aquisição de Segunda Língua, sob responsabilidade dos profissionais ouvintes.

A escolaridade não é desenvolvida dentro desses ambientes, sendo que as crianças freqüentam escola regular, classe de ouvintes. Há um contato sistemático e direto entre a escola e o Centro, existindo toda uma estrutura que permite e garante este intercâmbio, sem o qual a integração da criança surda numa escola de ouvintes fica impraticável.

Todos os pais participam ativamente do processo educativo.

Ao introduzirem seu filho neste enfoque, aprendem imediatamente a língua de sinais em cursos oferecidos no

Centro. Recebem orientações constantes dos profissionais surdos e ouvintes com relação ao processo educativo. Uma participação ativa destes é exigida.

As atividades são divididas em dois momentos, descritas a seguir:

1 Atividades em L1 (LIBRAS):

As atividades em L1 são desenvolvidas por educadores surdos e têm por objetivo o contato “natural” com LIBRAS. A aquisição desta língua garantiria o desenvolvimento lingüístico suficiente para aquisição de outras línguas.

As estratégias de trabalho são desenvolvidas a partir de dramatização, passeios, contos de história, experiências baseadas em atividades de vida diária.

Não há nenhum aprendizado formal da língua de sinais, já que o objetivo aqui é o desenvolvimento da linguagem e como dito anteriormente a linguagem pode ser “aprendida”, mas não pode ser ensinadas.

O contato “natural” com a língua é que proporcionará esta aquisição.

2 Atividades em L2 (Língua Oral/Escrita):

Os profissionais responsáveis por estas atividades são fonoaudiólogos ouvintes e o objetivo seria a aquisição da segunda língua (oral/escrita).

As estratégias de trabalho

incluem: leitura oral-facial, desenvolvimento das habilidades auditivas, trabalho específico com voz, fala e aquisição da língua escrita (que aqui é trabalhada pela fonoaudiólogo e não pelo pedagogo, pois o objetivo é na área lingüística e não escolar).

As atividades são orientadas para aquisição de Segunda Língua e considera-se aqui que o desenvolvimento da linguagem é garantido através da L1.

O acompanhamento escolar é feito pelas pedagogas, onde visitas escolares sistemáticas são realizadas com o intuito de orientar a professora de qual seria a melhor estratégia de trabalho em sala de aula.

Os conteúdos programáticos são trabalhados por antecedência no Centro, garantindo desta forma a compreensão por parte da criança no momento em que é apresentado pela professora na classe.

Também são ministrados cursos de LIBRAS nas escolas regulares e pode existir a presença de um intérprete em língua de sinais nas avaliações e aulas específicas.

Conclusão

Dentro de uma perspectiva bilíngüe, o surdo é visto como um indivíduo diferente e não deficiente. Suas potencialidades podem ser totalmente desenvolvidas desde que seus direitos lingüísticos sejam respeitados. É deste direito lingüístico que trata o bilingüismo.

A língua natural do surdo

é a língua gestual, já que todo seu reconhecimento do mundo é através do canal visuo-espacial, diferentemente do ouvinte que estabelece sua visão do mundo através do *input* auditivo-verbal. Portanto, nada mais natural do que a língua de sinais como sendo também a língua materna do surdo. Desta forma, não nos referimos mais a reeducação do surdo, mas em educação.

Uma visão antropológica da surdez deve substituir a visão clínica que durante décadas não conseguiu oferecer ao surdo seu desenvolvimento pleno.

Porém, uma visão realista é também necessária, já que atualmente a implantação de um modelo bilíngüe no Brasil não é tarefa fácil. Uma tradição oralista na educação dos surdos em nosso país deu origem a indivíduos surdos sub-educados, muitas vezes sem conhecimento da LIBRAS e sem condições de atuar na educação de crianças surdas. A necessidade do oralismo ainda é uma realidade para o surdo brasileiro quando pensamos em educação de nível superior, inserção social e colocação profissional.

Modelos bilíngües são urgentes com uma aplicação prática realista. Não devemos importar modelos de outros países, pois a história deles certamente se difere da nossa. Devemos encontrar "Nosso Modelo Bilíngüe" e com ele mudar o perfil da educação do surdo no Brasil.

Cabe a nós, ouvintes e surdos, mudarmos a história da educação dos surdos em nosso país.

Referências Bibliográficas

BOUVET, D. (1981). *La parole de l'enfant*. Le Fil Rouge. Paris.

BOREL-MAISONNY, S. (1985). *Langage oral et écrit*, Tome I et II. Delachaux & Niestlé.

BRITO, L. F. (1993). *Integração Social e Educação de Surdos*. Babel Editora.

DRASGOW, E. (1993). *Bilingual/Bicultural deaf education: na overview*. Sign Language Studies. (80): 243-266.

FERNANDES, E. (1990). *Problemas Lingüísticos e Cognitivos do Surdo*. Agir.

GRÉMION, J. (1991). *La planète des sourds*. Presses Pocket. France.

KOZLOWSKI, L. (1995). *O modelo bilíngüe/bicultural na educação do surdo*. *Distúrbios da Comunicação*. São Paulo, 7(2):147-156.

SANCHES, C. (1991). *La educacion de los sordos en un modelo bilíngüe*. Iakonia. Venezuela.

SACKS, O. (1990). *Vendo Vozes*. Imago.